



## ATA Nº 8/2024

Aos 5 dias do mês de junho de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2024, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e Isabel Maria Pinhal Resende, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

5. Renovação do mandato ou substituição de Rosa Couto como cidadã eleitora designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho;
6. Renovação do mandato ou substituição de Américo Castro como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho;
8. Aprovação das atas da sessão de fevereiro 2024 (reuniões de 29/02 e 27/03) e da sessão extraordinária de 27/03/2024;
9. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

### C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de janeiro a 31 de março de 2024.

### D – Período de Intervenção do Público

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro e da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros por João Humberto Santos Cunha Bastos por José Manuel Alves Novo, José Adolfo Carvalho Rocha por Manuel Augusto Gomes Novais, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira por Manuel Cardoso Pereira, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Jorge Manuel de Oliveira Carvalho, e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira por Pedro Nuno Oliveira Tavares.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto e disse que iriam proceder à eleição para a Renovação do mandato ou substituição de Rosa Couto e de Américo Castro como cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho.

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que os dois elementos aceitaram a renovação dos seus mandatos. Perguntou se os membros da AM tinham alguém para indicar para exercer aquelas funções e não havendo intervenções passou-se à votação por escrutínio secreto, tendo os dois cidadãos sido reconduzidos nos seus mandatos com 22 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto nulo. Não participou na votação o vogal Jorge Carvalho (CDU) por ainda não estar presente.

Minutas de deliberações:

“Decisão sobre o mandato de Rosa Maria Milheiro Couto como cidadã eleitora designada pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho em face do término do respetivo período: Nos termos e para os efeitos do previsto na alínea I) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP; aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual), tendo o período do mandato de Rosa Maria Milheiro Couto na CPCJ de Espinho como cidadã eleitora designada pela Assembleia Municipal chegado ao seu fim e existindo a possibilidade de renovar o mandato ou substituir a pessoa em causa, a Assembleia Municipal de Espinho deliberou proceder à renovação do respetivo mandato como cidadã eleitora designada pelo órgão deliberativo para integrar a CPCJ de Espinho, por



Ihe serem reconhecidos especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo. A deliberação foi tomada por maioria com 22 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto nulo, com a presença de 24 membros. ”

“Decisão sobre o mandato de Américo Castro Pinto dos Santos como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho em face do término do respetivo período: Nos termos e para os efeitos do previsto na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP; aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual), tendo o período do mandato de Américo Castro Pinto dos Santos na CPCJ de Espinho como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal chegado ao seu fim e existindo a possibilidade de renovar o mandato ou substituir a pessoa em causa, a Assembleia Municipal de Espinho deliberou proceder à renovação do respetivo mandato como cidadão eleitor designado pelo órgão deliberativo para integrar a CPCJ de Espinho, por Ihe serem reconhecidos especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo. A deliberação foi tomada por maioria com 22 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto nulo, com a presença de 24 membros. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.”

Ponto 8. Aprovação das atas da sessão de fevereiro 2024 (reuniões de 29/02 e 27/03) e da sessão extraordinária de 27/03/2024

As atas foram aprovadas por unanimidade dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam.

Ponto 9. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

Presidente da Câmara Municipal disse que a informação se referia ao período de 1 de fevereiro a 31 de março, período em que a atividade se prendeu sobretudo com a estratégia local de habitação, com a preocupação de submeter todas as propostas para serem sujeitas a aprovação.

Bruno Morais (BE) perguntou qual o ponto de situação da estratégia local de habitação; quando estava previsto o início das obras e a perspetiva de entrega das habitações; Se já tinham terminado o processo de avaliação dos trabalhadores SIADAP de 2021-2022; para quando a remoção do telhado de amianto dos armazéns da Câmara, onde seriam colocadas as equipas e de que forma iriam ultrapassar os

transtornos. Perguntou se a EN 109 já tinha passado ou não para o município, se iriam continuar a fazer rally na zona de Silvalde. Perguntou se as propostas apresentadas pelas Associações de Pais e pelas Escolas para melhoramentos nos acessos rodoviários às escolas e no estacionamento junto à Escola Sá Couto, Academia de Música e Piscina sem condições e apresentando perigosidade para peões e automobilistas, seriam implementadas no próximo ano letivo, permitindo o melhoramento nos acessos e no estacionamento. Perguntou qual o motivo para a Piscina Solário Atlântico receber visitas constantes do camião de sucção e limpeza de saneamento e o que estava previsto para não acontecer sistematicamente.

Filipe Pinto (PSD) perguntou sobre o ponto de situação dos processos judiciais da ABB contra a Câmara que geraram quase 3M€ de provisões, nomeadamente se se mantinha o impasse na entrega do RECAFE, se o estádio de Espinho seria retomado e quando, e quando estaria pronto o jardim ao lado da Vila Manuela.

Jorge Carvalho (CDU) perguntou qual era a receita da Câmara proveniente do estacionamento concessionado à ESSE, fazendo notar que já tinha feito a pergunta ao anterior executivo PSD e também ao ex-Presidente Miguel Reis e não obteve resposta. Perguntou a razão da Câmara ter recuado e deixar que no terreno pertencente à CP frente à avenida 24, a ESSE fizesse cobrança de estacionamento, o que considerava não ser viável por não ser domínio publico. Perguntou sobre a educação e as escolas, que estavam a funcionar mal, com falta de papel para fotocópias, sendo que não foram as escolas que aceitaram a delegação de competências, mas a Câmara, sendo uma política intencional do governo de não dar verbas suficientes com a delegação.

Alexandra Bastos (PSD) disse que a estratégia local de habitação era um assunto urgente e premente em Espinho, mas que na Assembleia Municipal nunca tiveram a oportunidade de ouvir de forma estruturada em que consistia. Perguntou sobre o processo anunciado sobre a oferta publica de aquisição aberta ao publico para quem quisesse apresentar imoveis para que a Câmara pudesse aceder, se estava fechado e se foi eficiente. Perguntou como seria resolvida a questão das habitações nos bairros sociais fechadas porque não havia possibilidade de fazer obras. Disse que a via pedonal da Rua 5 de acesso a avenida Maia Brenha estava num estado lastimável, continuando o vandalismo naquela zona, bem como na entrada norte da cidade. Quando seria entrega a obra do RECAFE e quando lhe dariam condições para ter potencialidade de ser uma zona de que os Espinhenses se pudesse orgulhar. Perguntou sobre os bares de praia que se encontravam na avenida em fase de



acabamento. Perguntou se teriam verba para dar um ar mais digno à Piscina solário atlântico que estava ao desmazelo. Perguntou sobre a possibilidade de colocar sinalização na avenida 24 para abrandar a velocidade. Perguntou se o município ficou a ganhar ou a perder com a delegação de competências na área da saúde, do ensino e da área social.

Abel Santos (PSD) perguntou o ponto de situação quanto ao plano de ação climática tendo em atenção o disposto no DL relativamente à lei de base do clima, qual o prazo previsto para a sua finalização. Perguntou o que se passava com a Rede de transportes UNIR, o que tinha para oferecer para Espinho perante a realidade atual.

Nuno Almendra (PSD) disse que 31/05/2024, fez-se a assinatura dos contratos com os municípios do norte que iriam receber intervenções de recuperação das escolas e Espinho não constava daquela primeira lista, tendo a Presidente da Câmara Municipal anunciado em 20 julho de 2023 que tinha conseguido alterar o nível de prioridade da Escola Domingos Capela, tendo conseguido que passasse para muito urgente, sendo que em 12/10/2023, referiu que já estava feito um projeto primário para intervenção na escola e que estava a contratar o projeto de arquitetura de especialidades e perguntou se tinha havido lapso na execução da lista publicada em 24/01/2024 no aviso de abertura do concurso do programa ou se a Presidente da Câmara tinha confiado demais na sua intuição. Sobre a passagem desnivelada em Silvalde, recentemente inaugurada, perguntou se estava previsto a curto prazo uma alteração à postura de trânsito porque ao sair do túnel à ponte, na Rua da Praia, não conseguiam circular dois carros em sentido opostos, sendo que o estacionamento existia do lado direito. Perguntou se foi movido algum processo à Câmara Municipal pela empresa que estava a fazer a construção do empreendimento no terreno do antigo estádio do Espinho, e em caso afirmativo, quais os resultados do processo. Quanto à habitação, disse que a OPA tinha sido lançada em 8/03/2024, com 150 fogos e perguntou o número de aquisição dos 30 já edificados e o número dos restantes que estavam em construção ou em vias de construção e de que forma o executivo pretendia ser um ator na regulação no mercado imobiliário.

Presidente da Câmara Municipal disse que foram submetidas, na plataforma, todas as candidaturas referentes à estratégia da habitação, a OPA para aquisição de habitações e estavam a aguardar a resposta do poder central quanto às submissões, estando aprovado a requalificação do Bairro de Paramos e também o pedido para contratação de um empréstimo para habitação no quartel dos bombeiros. Sobre os

passadiços, disse que tinha sido feita uma contratação para o seu arranjo. Quando ao SIADAP disse que todos os funcionários tinham sido avaliados e estava a decorrer o período de reclamações, o reposicionamento dos trabalhadores que tinham direito já foi feito. Relativamente à EN 109 disse que tiveram uma reunião há cerca de 15 dias e que continuavam a entender que o valor proposto era manifestamente insuficiente, existindo uma certa intransigência por parte da IP, estando a aguardar resposta à proposta feita pela Câmara. Sobre os armazéns, disse que os funcionários iriam passar para o quartel dos bombeiros perto da Câmara. Quanto ao parque de estacionamento junto da Sá Couto, Academia de Música e piscina, disse que estavam à espera do final das aulas e que brevemente sofreria intervenção, fazendo notar que tinham de ser executados pluviais que não existiam. Disse que a piscina solário atlântico já não tinha obras de manutenção há muitos anos, encontrando-se num estado de degradação profunda, tendo o executivo decidido fazer obras de requalificação, sendo que o projeto de arquitetura e especialidade estava em contratação. Que era intenção do executivo fechar a piscina depois da época balnear para fazer uma intervenção profunda. Que os processos judiciais da ABB estavam a decorrer, tendo sido acautelados cerca de 3 M€ para aquele efeito. Sobre o estádio em que já tinham sido investidos cerca de 2M€, teria de avançar porque não podiam desperdiçar o investimento já feito, fazendo notar que a Nave Polivalente era um equipamento desportivo importante e prioritário e se não sofresse uma intervenção rapidamente poderiam perdê-la, pelo que já tinham contratado o projeto de arquitetura para uma intervenção profunda e depois das obras em alguns equipamentos pensariam no estádio. Fez notar que o Centro Multimeios tinha o mesmo problema e já tinha sido acautelada uma intervenção. Sobre o jardim da Vila Manuela disse que a sua inauguração estava para breve. Sobre a receita recebida pela Câmara por parte da ESSE, disse que não sabia responder de momento, pelo que se iria munir de dados para poder dar na próxima assembleia. Sobre o estacionamento face à avenida 24, disse que os terrenos pertenciam à IP que negociaram com a ESSE. Sobre as competências referiu que a aceitação da delegação de competências na educação já vinham de há alguns anos, nomeadamente nas escolas do primeiro ciclo, sendo que agora tinham aceitado o final da delegação das competências, ou seja a passagem dos funcionários das escolas secundárias para o município. Que concordava que as verbas recebidas eram poucas, mas que não tinha faltado nada às escolas dentro do que lhes era possível, fazendo notar que as escolas já faziam os seus orçamentos anteriormente. Disse que era preocupante o estado em que se encontrava



a passagem aérea da Rua 5 e que, como já anteriormente referido, era competência da Junta de Freguesia de Espinho, era um local difícil de limpar, passava por atitudes cívicas dos utilizadores. Disse que na próxima semana reuniriam com a PSP para uma intervenção mais musculada nalgumas zonas. Disse que o RECAFE estava entregue, apesar do pedido de indemnização e que tinha sido feita uma contratação para a manutenção dos espaços verdes, sendo que a Câmara dispunha atualmente de apenas três jardineiros, um dos quais muito próximo da reforma. Disse que tinham indicação que os bares de praia abririam no ano corrente. Sobre a passagem inferior em Silvalde disse que o túnel tinha dois sentidos e que havia necessidade, depois de ouvir os moradores, de estudar a revisão da postura de trânsito naquela zona. Que existia um contencioso com a construtora na zona do antigo estádio e que o processo ainda não estava fechado. Quanto à escola Domingos Capela disse que lhe tinha sido garantido que a escola iria sofrer uma intervenção prioritária e como tal adquiriram o projeto de arquitetura e de especialidades que já estava pago, sendo que a previsão para a sua recuperação estava próxima de 5M€, havendo 55 municípios que apresentaram candidaturas ao PRR, sendo que os contratos ontem assinados correspondiam a 22 escolas, e o critério de seleção tinha sido a ordem de entrada. Referiu que nos termos do acordo entre o anterior governo e a ANMP, todas as escolas com condições para se candidatarem, as das listas da ANMP e as aprovadas pelas CCDR, seriam financiadas nas mesmas condições, 100%, sendo que aquele compromisso tinha sido ontem reiterado pelo Ministro Castro Almeida.

Vice-Presidente referiu que o Plano de ação climática estava a ser elaborado pelo Departamento de Planeamento Municipal e que logo que estivesse pronto comunicariam. Sobre a UNIR, disse que o Município de Espinho tem feito chegar à AMP os relatórios com as reclamações e que continuariam a reivindicar o que estava mal até à sua correção.

Nuno Almendra (PSD) disse que a OPA tinha sido lançada em 8/03/2024 e que o prazo para apresentação das propostas era de 45 dias, sendo depois analisadas e podendo a Câmara Municipal fazer os contratos de promessa de compra e venda com os candidatos selecionados. Percebeu que a OPA tinha sido lançada sem haver garantias de financiamento pelo que não havia garantias de a poder efetivar. A questão que colocou era em traços genéricos: Se, para o município e englobada na estratégia local de habitação, tinha sido uma medida de sucesso; se tivera a receptividade que a Câmara desejou. Sobre a escola Domingos Capela, referiu que, tendo em conta a

longevidade do programa, a questão poderia alongar-se nos próximos anos e perguntou se ainda tinham esperança de poder inverter o processo.

Bruno Morais (BE) fez notar que o plano de ação climática devia estar pronto em fevereiro de 2024 e perguntou se já estava feito. Disse que concordavam que a Nave Desportiva fosse considerado como o mais prioritário a nível desportivo, lembrando que continuavam com alguns clubes a praticar fora do concelho. Disse que havia apenas 9 assistentes operacionais nas águas, 7 no saneamento e 3 jardineiros e perguntou quando seriam contratados novos elementos para aquelas áreas e para outras dada a falta de operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores na Câmara. Disse que no eixo central da rotunda da avenida 24 com a rua 33 estava "plantada" uma bicicleta elétrica, e, dado que naquela assembleia tinha sido aprovado uma reavaliação do contrato com a empresa e regulamentação do uso dos equipamentos perguntou em que fase estava o processo.

Abel Santos (PSD) disse que a passagem da rua 5 não tinha iluminação potenciando os problemas já existentes. Sobre a EN109, que em alguns lados estava num estado lastimoso, referiu que à volta de Espinho os concelhos vizinhos tinham bons pisos e perguntou por que razão Espinho não conseguia resolver a questão com o IP quando os municípios vizinhos conseguiram. Disse que a infraestrutura do RECAFE estava a ser destruída por quem os visitava e, às vezes, pelos próprios espinhenses, não sendo possível aceitar que um sítio assinalado para estacionamento de táxis fosse utilizado por viaturas particulares e houvesse estacionamento em áreas ajardinadas, sendo que a infraestrutura custou tanto dinheiro ao município e eram tolerantes para os incumpridores. Quanto aos transportes da UNIR, disse que Espinho não podia ser um município menor, fazendo notar que a Linha dos Camalhões chegava a Espinho depois das aulas iniciarem, solicitando que fosse corrigido junto da AMP. Disse que nas escolas faltavam detergentes e outros bens essenciais e que se tinha de perceber o que ali se passava.

Jorge Carvalho (CDU) referiu que Espinho pertencia ao Portugal dos Pequeninos, tinha 20 km<sup>2</sup>, eram culturalmente rural o que considerava ser uma vantagem, dado que a mentalidade, a forma de pensar, a forma de agir do Espinhense ainda era de preocupação de interferência junto da sua comunidade. Disse que a política atual dos governos era de afastar responsabilidades e se possível privatizar tudo e que a preocupação da Câmara, dizendo-se socialista, era de fazer contratos com entidades externas para tratar das questões, fazendo notar que tinham poucos operários para o





trabalho a executar, deixavam avolumar o trabalho a realizar, razão pela qual a degradação era total. Que se esperava o dinheiro da União Europeia e fez notar que Portugal dava muito mais à UE do que ao contrário. Quanto às escolas, não se criou uma comissão de acompanhamento para ver os problemas. Fez notar que o espaço criado junto à Vila Manuela não era um jardim porque não tinha flores, tinha erva, o que consideravam um espaço bom por aquele motivo.

Abel Santos (PSD) protestou dizendo que era preciso ter coragem dizer que Portugal dava mais à união Europeia do que ao contrário, sendo uma visão que não estava ao alcance do comum dos mortais. Sobre o concelho ser pequenino e de alguma maneira sermos vistos como rurais, disse que era grande orgulho se os classificavam de rurais. Sobre o RECAFE e os jardins disse que independentemente de ser uma empresa pública ou privada, havia pessoas para fazer e para cuidar e que era importante a verificação do trabalho, para confirmar se estava a ser feito de acordo com o contratado.

Presidente da Câmara Municipal disse que, naquele momento, estavam a decorrer contratações para 6 assistentes operacionais para colmatar falhas nas escolas e 10 para a Divisão de Edifícios e Recursos. Estavam em contratação também para a Época Balnear e também para Técnicos Superiores e assistentes técnicos para as diversas divisões. Disse que era a primeira vez que ouvia haver falta de detergentes nas escolas e que iria averiguar o assunto, fazendo notar que a verba constante no contrato interadministrativo para aquele efeito era de cerca de 31,4 mil euros. Quanto à Domingos Capela, disse que as verbas do PRR tinham um prazo de execução muito pequeno, que ainda tinha de ser aprovada a candidatura e teria depois o prazo destinado. Que o município não dispunha de orçamento para poder avançar com qualquer requalificação sem aprovação a 100%, correndo-se o risco de começar e de não acabar pelo que estavam a aguardar acreditando que o governo tinha toda a vontade que todas as candidaturas fossem aprovadas.

A Presidente da Assembleia Municipal disse que a informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de janeiro a 31 de março de 2024, tinha sido já partilhada para conhecimento de todos os membros da Assembleia e, não havendo nenhum pedido de intervenção por parte do público, a Presidente da Assembleia deu a reunião por encerrada.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal,

---

A Funcionária Municipal,

---